



A PROSA BRASILEIRA DOS SÉCULOS XX E XXI: QUESTÕES DE IDENTIDADE E NAÇÃO

Pedro Dorneles da Silva Filho

Orientadora: Stefania Chiarelli

Mestrando

RESUMO: Partindo da interface entre literatura e os estudos culturais, pretende-se averiguar momentos das obras "Tenda dos milagres" (1969) de Jorge Amado e "Confissões descontínuas de uma mente confusa" (2013) de Fábio Rodrigo Penna, em que as questões de identidade e de narração da nação sejam evidenciadas. Homi Bhabha, Stuart Hall e Benedict Anderson são nomes fundamentais dos estudos culturais que convoco para pensar a apresentação da nação através de duas possíveis modalidades de narrativa: uma pedagógica, cujo intuito é reforçar uma tradição, e uma performativa, capaz de questionar, traduzir e repensar essa tradição. Sabemos que o conceito de Nação, tão necessário de ser imaginado e compartilhado para unir as dispersões das sociedades do século XIX, como nos aponta Ernest Renan (1882) em "O que é uma nação?", fez com que surgisse, na época, uma produção literária empenhada em instaurar símbolos nossos e firmar uma explicação do que éramos. Contudo, houve episódios no século XX que puseram em crise essa urgência de estabelecer fronteiras e instaurar uma identidade nacional unívoca. Surge uma nova configuração das reflexões acerca da identidade e da nação no pós-guerra ao lado também da fundação dos estudos culturais como uma disciplina que permite a reflexão de maneira mais ampla acerca de outras possibilidades de narrativa, que não somente a dos grupos hegemônicos e tradicionais, fazendo-se ecoar vozes até então silenciadas ou sem espaço discursivo efetivo. Posto isso, procuro investigar de que maneira (pedagógica ou performativa) o Brasil é narrado nessas duas obras. Pensando, também, na possibilidade de haver uma confluência desses dois gestos narrativos em diferentes momentos das obras. Ou seja, se poderemos verificar momentos em que ocorre reposição de símbolos tradicionais da Nação, concomitantemente a um gesto performativo de narração. E, ainda, se há predominância entre um ou outro modo de narrar.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura, Estudos culturais, Nação, Narração, Identidade.



Palavras iniciais

Não é mais novidade que as investigações feitas a partir do discurso literário em interface com os estudos culturais tendem a um gesto de *politização* do primeiro, como bem já nos apontou Beatriz Resende em seu texto *A (in) disciplina dos estudos culturais* (2004). Afinal, se analisarmos a literatura somente através do seu plano formal e da engenharia de seus recursos estéticos, acabaremos por esvaziar a grande capacidade que essa modalidade discursiva possui: a de trazer à tona as discussões sobre os processos sociais, culturais, históricos, psicológicos, de uma realidade de onde parte.

Contudo, não se pretende também incitar uma função exclusivamente documental da literatura. Até porque essa postura seria apenas mais uma maneira restrita de análise. Ao contrário disso tudo, fala-se de uma perspectiva que tenta e tende ao equilíbrio, em que haja prudência de considerar os recursos, as estratégias e os métodos de construção estética do texto e, além disso, como essa tessitura plurissignificativa e tecnicamente elaborada é capaz de deflagrar as tensões do Homem em sua relação com o Mundo.

Sendo assim, partiremos do conceito de Nação como narrativa, desenvolvido por Homi Bhabha, além da perspectiva da identidade como um processo móvel, defendido por Stuart Hall e das comunidades politicamente imaginadas, de Benedict Anderson, para investigar como que as relações sociais e de poder se desenrolam nas tramas das obras *Tenda dos milagres* de Jorge Amado (1969) e em *Confissões descontínuas de uma mente confusa* de Fábio Rodrigo Penna (2013).

Ambas as obras serão analisadas conjuntamente por apresentarem suas narrativas ambientadas no mesmo contexto, o da cidade de Salvador do século XIX e, principalmente, por apresentarem, através das tramas, a configuração pluriétnica daquela sociedade e seus acirramentos.

As representações sociais, as relações de poder instauradas no período imperial brasileiro, a eurocentricidade cultural e o *ser negro* são os principais aspectos a serem analisados em ambas as obras. E a partir dessa análise, tenta-se verificar de que modo o Brasil é narrado. De que forma a identidade nacional aparece.



Pensando a nação

O conceito de nação começou a ser desenvolvido no final do século XVIII, sobretudo na França, berço de uma das Revoluções mais emblemáticas da História ocidental: A revolução francesa. Mas é no século XIX, sem dúvidas, que o conceito ganha força e torna-se bastante necessário, já que acaba funcionando como poderoso artifício na luta pela liberdade dos antigos modelos de domínio político das dinastias e do domínio religioso.

Conforme aponta Ernest Renan em *O que é uma nação?* (1882): “Na hora presente, a existência das nações é boa, necessária mesmo. Sua existência é garantia da liberdade, que seria perdida se o mundo não tivesse mais que uma lei e um mestre.” (RENAN, 2011, p.20).

Urgia, então, o estabelecimento de um conceito capaz de delimitar fronteiras não somente territoriais, mas, acima de tudo, simbólicas. E assim foi feito. Para ainda usar as palavras de Renan, a nação era tida como um “princípio espiritual”, um grande conjunto de símbolos que, comungados por um grupo de indivíduos, fazia com que estes se reconhecessem.

Renan argumenta que não é a língua, nem a religião, sequer a geografia que funcionavam como elementos formadores de uma ação, mas sim, a comunicabilidade entre seus membros através de um conjunto simbólico. Por ser tão importante este fio que enovela os indivíduos a se reconhecerem membros de uma mesma comunidade, este conjunto simbólico precisava ser cada vez mais fortalecido através de narrativas que o constituíssem.

Sobre a definição de Nação e o fio que une os Homens neste reconhecimento constitutivo, também devemos nos reportar a Benedict Anderson, cuja noção de *comunidades politicamente imaginadas* sublinha esta perspectiva. Anderson analisa criticamente os agrupamentos humanos que inscreviam suas identidades baseadas em um imaginário social e simbólico; atribuindo-lhes, por isso, a designação de comunidades imaginadas.

No Brasil, é nesta época em que são recorrentes as produções artístico-culturais empenhadas para a construção e a disseminação da ideia nacional. É desse momento, portanto, a produção de uma literatura dedicada a apresentar a gênese da identidade cultural brasileira.

A elite letrada da época, cônica de que na Europa a ideia de Nação estava em voga, viu-se no dever de também se empenhar em tal projeto para representar a realidade local. Logo após a criação em 1838 do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), em 1844, o pesquisador alemão Von Martius vence o concurso proposto pelo Instituto de como estabelecer um plano modelo para se contar a História do Brasil.

Em 14 de novembro de 1840 foi proposto um concurso acadêmico por Januário da Cunha Barboza. Seu objetivo era escolher um plano para escrever a história do Brasil. A existência de tal concurso demonstra o quanto os membros do Instituto se encontravam angustiados diante da imensa tarefa a realizar. Fazer do Brasil uma nação, munidos da pretensão de atingir um modelo idealizado de civilização europeia, estava longe de ser simples, pois o país reunia uma série de condições problemáticas. O sentido do concurso era o de definir um caminho, um roteiro que permitisse a superação de tais obstáculos, que contemplasse as diversas ambições por trás da escrita da história, e também, satisfizesse a sua ambição científica. O naturalista bávaro Karl Friedrich Philippe Von Martius venceu a disputa em 1847 com o artigo intitulado *Como se deve escrever a história do Brasil*. Considerou-se que o artigo satisfazia plenamente os objetivos dos quais se encarregava o Instituto. Originalmente publicado na revista do IHGB em 1844, o texto de Martius estabeleceu, de fato, as bases do que deveria ser uma história científica da “nação” brasileira (KHALED JR., 2010, p.73-74).

Os intelectuais do século XIX, então, debruçaram-se no propósito de colaborar para a *invenção da brasilidade*, considerando alguns elementos como fortes símbolos na constituição da nossa identidade nacional em detrimento de outros. A exemplo disso, podemos pensar na escolha romantizada do indígena como representante mais emblemático da nação, rendendo só do romancista José de Alencar, três grandes obras que situaram o índio como herói nacional ou pelo menos representante de destaque. São eles os romances, *Iracema*, *O guarani* e *Ubirajara*.

A literatura do século XIX, empenhada no projeto de construção da identidade brasileira, por outro lado, desconsidera a etnicidade do negro como também forte elemento contribuinte da nossa formação. O que não equivale dizer ter sido ele apagado totalmente do nosso discurso literário.

Contudo, a maneira como é apresentado, por exemplo, na obra de Aluísio Azevedo, *O cortiço*, já do final do século XIX (1890), pode-se notar certo desprestígio em relação a esse grupo étnico. Bertoleza, sempre suja a servir a todos na pensão movimentada de João

Romão, em sua condição asfixiante de subserviência, aparece objetificada na obra, assim como a mulata Rita baiana, que somente aos prazeres instintivos e sexuais estava para servir.

Se por um lado os indígenas, massacrados ao longo dos séculos da dominação colonial, no momento da criação simbólica de uma identidade brasileira, são pensados como importantes elementos, os negros também maltratados pela lógica escravocrata sequestradora e desumana, ainda que nos tenham dado muitas contribuições que marcam substancialmente a nossa identidade, não tiveram seu espaço como partícipes nos discursos formadores da identidade nacional.

Migrando para um momento adiante na História ocidental, teremos, a partir da segunda metade do século XX, o surgimento de uma nova perspectiva acerca da identidade cultural dos indivíduos, das nações e de suas narrativas.

Se o conceito de nação foi urgente no século XIX para estabelecer fronteiras e, com isso, rendeu duas grandes guerras mundiais, em que potências econômicas, na demarcação de sua alteridade não só cultural, mas, sobretudo, econômica e política, utilizaram da força e da violência para inscrever e dominar outros povos no globo (o neocolonialismo), com o pós-guerra, década de 50 em diante, reclama-se um novo olhar sobre a questão da identidade.

Muitos foram os deslocamentos, as travessias, os avanços tecnológicos cada vez mais sofisticados, o estreitamento da comunicabilidade entre as nações que tornaram o Mundo mais conectado e, assim sendo, forçando narrativas nacionais até então cristalizadas a sofrerem o que Stuart Hall chamará de *crise*.

Se a noção de *inglesidade* era, por exemplo, definida e compartilhada entre os ingleses, a fim de situá-los partilhadores de uma mesma noção simbólica, instaurada em uma verdade única nacional, o pós-guerra começa a fraturar essas profundas certezas.

É neste interim que surgem os Estudos Culturais que, para repensar a cultura e a identidade, apropriam-se das contribuições dos diferentes campos do saber: a Antropologia, a História, a Sociologia, a Literatura como espaço discursivo, entre outros.

Neste sentido, alargam-se as fronteiras das reflexões acerca da identidade e, assim, inicia-se um processo de desestabilização dos gestos narrativos unilateralistas das nações, que tendiam a criar um panorama restrito daquilo que faz parte ou não de seu conjunto simbólico.

Começam a existir, pois, maneiras de se contar/relatar a nação sob diferentes perspectivas. E assim como Hall (2014) nos aponta que o sujeito pós-moderno passa por uma crise de identidade, conseqüentemente as nações também passam a ser recontadas e representadas de maneira mais complexa. Passam a ser contadas também por vozes até então silenciadas ou mesmo enrouquecidas pelo tom homogeneizante de uma representação simbólica estanque e unilateralista, cultivada ao longo de décadas.

O discurso homogeneizante da Nação é, sem dúvidas, excludente, pois não considera todas as complexidades, as diferenças e problemáticas que nela residem. E é também perigoso, pois de tanto ser reproduzido, cristaliza-se e instaura uma maneira de o indivíduo se perceber como membro dela. Se há identificação dos membros com os símbolos postos como nacionais, tudo resolvido, mas quando não há, pulula a sensação de não pertencimento, de estranhamento, de peça descolada.

Hall afirma que:

As identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação* [...] As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentido com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2014, p.30-31).

A citação de Hall reitera o que se busca expor sobre a força do discurso nacional no estabelecimento da noção do que é ser integrante de uma comunidade. É esse discurso que constrói pontes de identificação entre os sujeitos e os símbolos da Nação. Esse processo é de uma força sobrecomum. Contudo, por não abarcar todos os modos de existência na nação, torna-se excludente e urgentemente necessário de ser revisto. Surgem, então, o que Bhabha chamará de *contra narrativas da nação*.

Segundo Bhabha (1998), assim como já falou Hall, a nação é discurso. Logo, a nação é narração. O autor indiano nos aponta duas modalidades narrativas: uma *pedagógica*, cujo objetivo é quase mítico, pois busca na inventividade fundacional sua razão de existir e a outra *performativa*, aquela que questiona a tradição simbólica paradigmática da nação, rasurando-a e dando voz a grupos marginalizados/excêntricos.

Bhabha diz ter as nações uma configuração ambivalente, em que tanto o pedagógico quanto o performativo entrecruzam-se para dar conta da complexidade de se relatar/delatar as identidades nacionais.

Essa mudança de perspectiva acerca da nação, mais ampla e complexa, reclamada com o aparecimento de narrativas a partir de vozes marginalizadas ou desconsideradas até então, amplificam nossos horizontes sobre o que de fato é a Nação.

Esse novo olhar nos impõe implacavelmente que consideremos a existência diversificada de culturas, identidades e grupos diferentes, mas também dos acirramentos constantes entre eles na composição da ideia nacional.

Se no século XIX o estabelecimento de fronteiras simbólicas era importante para definir uma nação e demarcar, dessa forma, sua alteridade perante o mundo, na segunda metade do século XX e na contemporaneidade, a tendência é que nação passe a ser entendida de modo mais amplo, considerando as diferentes e complexas possibilidades de existência.

A ideia de nação passa a ser duplicada, então. Não deixam de existir as narrativas pedagógicas que repõem os símbolos-emblemas consagrados da identidade nacional, mas elas concorrem com as narrativas performativas que tentam dar conta das *franjas* existentes na sociedade.

Diante dessas formulações teóricas, procurarei analisar, discorrer e refletir em quais medidas as produções literárias selecionadas apresentam traços de uma narrativa pedagógica ou performativa, ao representar e vocalizar o negro e o mestiço no panorama da sociedade brasileira do século XIX, tempo em que se situam as tramas, mas que foram produzidas posteriormente, a de Amado no século XX e a de Penna no século XXI.

Amado e Penna no redimensionamento narrativo acerca das relações étnicas da sociedade brasileira

Conforme já enunciado, torna-se pertinente o contato entre diferentes obras para refletir questões tão relevantes da vida em sociedade e, dessa maneira, acredito podermos verificar o poder da literatura como espaço discursivo que nos permite (re) pensarmos características cruciais da (s) nossa (s) identidade (s).

É preciso dizer de antemão que soa desafiador cotejar produções de autores tão díspares quanto à visibilidade no universo das produções literárias. De um lado, o escritor Jorge Amado, conhecidíssimo, e cuja obra foi traduzida para mais de 48 países. Por outro lado, um autor iniciante das nossas letras, Fábio Rodrigo Penna, que tem respirado sua existência no ofício de escritor em um anonimato quase que completo.

Entretanto, embora existam peculiaridades contextuais de cada obra, a questão temática motivadora dessa pesquisa é muito presente nas duas produções escolhidas como objeto de análise. Isso significa dizer que tanto Amado quanto Penna trazem uma proposta narrativa do Brasil, via representação étnica, muito diferente do que comumente se viu em nossa literatura. Cabe-nos pensar, então, como a nação brasileira é relatada nessas duas narrativas, partindo, notadamente, da investigação acerca da representação da etnicidade do negro e do mestiço e seus espaços de articulação e poder.

Não restam dúvidas de que é um tanto quanto raquítica e pouco proveitosa uma análise no campo dos estudos literários que se volta estritamente para os dados biográficos dos autores. No entanto, em muitos casos, é fundamental refletir como a própria imagem do escritor e suas ideologias tangenciam as linhas que produz.

A obra *Tenda dos Milagres*, publicada em 1969 pelo escritor baiano, fala da intensa jornada de vida da personagem Pedro Archanjo, homem popular, preocupado em inscrever as contribuições culturais de matriz africana na composição da identidade cultural não só baiana, mas, sobretudo, brasileira. Por possuir acesso a Faculdade de medicina, pois lá trabalhava como bedel, tinha contato com uma atmosfera letrada na produção do conhecimento acadêmico. Negro-mestiço e uma espécie de líder do povo, Archanjo utiliza-se da

legitimidade que a escrita confere a seu saber empírico e escreve alguns livros sobre o viver baiano e sobre as fontes africanas de contribuição na formação dessa identidade.

Podemos notar não necessariamente um *alter ego* do escritor Jorge Amado na figura da personagem, mas é inegável que muito das ideologias perseguidas pelo intelectual baiano ao longo de sua vida também são encontradas na tessitura ficcional de *Tenda dos Milagres*, cujo destaque é a empreitada sobre a qual se debruça Pedro Archanjo na tentativa de diminuir as desigualdades sociais abismáticas que sempre relegaram um local de inferioridade aos afrodescendentes.

Assim também nos faz o autor Fábio Penna que, além de escritor, mantém sua atividade de pesquisa e produção acadêmica refletindo as relações étnicas no bojo da sociedade brasileira. Pós-graduado em Literaturas africanas pela UFRJ (Universidade federal do Rio de Janeiro) e Mestre em Relações étnico-raciais pelo CEFET-RJ, Penna tem se ocupado em investigar como a literatura, sobretudo a africana e afro-brasileira (como a de Jorge Amado), é capaz de expor as complexidades *do local* do negro e do mestiço na desequilibrada sociedade brasileira.

Indubitavelmente, ao serem considerados esses dados de sua vida extraliterária, podemos, de alguma maneira, amplificar nossa leitura acerca de sua produção artística. Embora saibamos que há distinção entre os sujeitos – o autor da obra em si e o sujeito da enunciação – a experiência de leitura de uma obra literária, quando conhecemos alguns dados biográficos do autor, é possível que se torne mais abrangente.

Evidente que, como investigador do discurso literário, devo procurar refletir a literatura em sua capacidade representacional, criativa e plurissignificativa, levando em conta o limiar existente entre literatura e realidade, bem como alguns princípios da teoria literária, como o da verossimilhança. Entretanto, para realizar esse processo não é necessário tributar radicalmente a *morte do autor*.

Então, sabendo que, em suas atividades extraliterárias, Penna e Amado são envolvidos com questões ideológicas acerca do redimensionamento do espaço do negro e do mestiço na sociedade brasileira, a leitura de sua produção artística acerca desse aspecto ganha

um olhar diferente e talvez até mais completo. A conciliação proposta entre as obras parte da similaridade que possuem ao tratarem da representação étnica.

O protagonista da obra, João Paulo da Costa, narra sua experiência de vida, confessando-nos sua saga existencial póstuma e memorialisticamente. Originário de uma relação pluriétnica, o narrador-personagem personifica a própria hibridização cultural. Sua história é, pois, atravessada por diferentes personagens, cujos aspectos identitários são bastante incomuns. O romance já inicia com uma declaração dele acerca desse fato: “... sou ruptura... continuidade... fragmentos... transcendental!” (PENNA, 2013, p.19).

Sua mãe biológica, Judite, era governanta da família portuguesa dos Costa, quem João Paulo considera também seus pais (Isabel Costa e Mathias Costa), já que foram eles que ajudaram a governanta progenitora a criá-lo e, além disso, deixaram-lhe uma herança considerável, pois se tratava de uma família burguesa, comerciante e com alto poder econômico.

Não restam dúvidas de que é um homem com a vida marcada pelo constante trânsito: nasce em solo francês, reside em Portugal, já que, assim como sua mãe biológica, morava com os Costa, e tem o fim de sua vida no Brasil, na cidade de Salvador, pois depois da morte de seus pais, muda-se para lá. A leitura de mundo realizada pela personagem, deflagrada em seu discurso, também possui um caráter desprendido, não fixo, de modo a “rasurar” alguns valores comuns aos integrantes de uma sociedade burguesa do século XIX, da qual fez parte.

Apesar de gozar de privilégios da cultura eurocêntrica burguesa do século XIX, ao nos confessar suas histórias, não compactua com a desumanização no tratamento relegado aos negros, postura tão naturalizada em uma sociedade escravocrata.

Nessa terra vi muita covardia, embora não pudesse fazer nada para ceifá-la. O negro escravo, por volta de seus quatorze anos ou quando atingia a maior idade, tinha sua bunda exposta numa mesa para que tirassem-na a virgindade [...] Negras também eram oferecidas para outros com esse fim. Se possuísse feições bonitas, se fosse esguia, era estuprada como direito. Algumas eram até mutiladas ou assassinadas por causarem inveja a mulheres brancas. O europeu adorava isso, a violência e a promiscuidade. Não participei dessa podridão (PENNA, 2013, p.82).

O trecho acima aponta a violência que sofreram os negros escravizados no Brasil e mostra o asco do narrador frente a isso. E, dessa forma, já denota que, mesmo membro de

uma sociedade escravocrata, o narrador não naturaliza certas práticas de desumanização dessas pessoas que, das mais diferentes formas, tiveram suas vidas marcadas pela violência.

É interessante também destacar no romance que não se trata apenas de mais um escrito sobre o já constatado sistema violento da escravidão, mas traz representações da etnicidade do negro de formas diferentes do que comumente lemos sobre o século XIX em nossa literatura.

A figura de Judite, por exemplo, mãe do narrador, inscreve uma possibilidade incomum de existência. Nesse sentido, sua representação na obra acaba sendo, em certa medida, uma recusa, um escape do destino a que os negros estavam fadados. O negro em nossa literatura do século XIX é fatalmente representado como ligado à escravidão. Diferente de Judite.

Ela chamava-se Judite, era de origem semita, era uma judia. Era Judite da tribo tal, porque eu não sei de que tribo era descendente. Só sei que era uma judia e isto escondeu o tempo todo, enquanto vivia em Portugal e no Brasil [...] Minha mãe é natural do Sudão. Nasceu neste lugar, era uma negra do Sudão, mas não era negra-negra. E já me iria esquecendo, ela não era uma escrava. Nunca ouviste dizer que existia judeu negro descendente de semita no Sudão, leitor? Pois ela é de lá. [...] era uma pessoa sábia com nível cultural acima da média. Sabia ler, falar várias línguas [...] árabe, francês, espanhol, português e também o idioma dela [...] minha mãe falava aramaico. Com todos esses requisitos linguísticos, era governanta e intérprete. Uma grande negociadora, seu principal papel destacável nessa família (PENNA, 2013, pp. 25-27).

Se o próprio narrador burguês do século XIX recusa, por mais diferentes e complexos motivos, até mesmo ligados a sua história pessoal, compactuar com o discurso e a prática desumana de sua época perante os negros escravos, além de nos apresentar elementos de identidades incomuns para repensarmos outras possibilidades de existência do negro no Brasil do século XIX, assim também podemos ler, reservadas as peculiaridades do contexto de cada obra, a personagem Pedro Archanjo de *Tenda dos milagres*.

Um homem que transita em dois universos totalmente antagônicos no que se diz respeito ao poder econômico e, conseqüentemente, a credibilidade social, mas que, ainda assim, luta pela valorização da contribuição africana como peça importante da nossa identidade. Pedro Archanjo é a síntese da possibilidade de trânsito, mas sem dúvida, um homem do povo brasileiro. Pedro é o povo.

Apesar de possuir uma fortuna crítica heterogênea e, na maioria das vezes, fortemente questionadora dos elementos que utiliza para representar a nação através de sua atividade de romancista e intelectual, Jorge Amado, esse ambivalente escritor, ao mesmo tempo em que é criticado por revelar um Brasil por meio de estereótipos, acaba tocando em tabus e questionando certos códigos conservadores que controlam a sociedade brasileira. Sobre essa dualidade de Amado nos fala a pesquisadora Ilana Goldstein:

O que Jorge Amado fez foi generalizar e romantizar alguns elementos que com tanta perspicácia observou a sua volta, acrescentando várias pitadas de criatividade e utopia. Seu Brasil mestiço, alegre, festeiro e sensual é um conjunto de elementos pinçados dentro de um repertório histórico e cultural, recortes que revelam e escondem ao mesmo tempo. Escondem conflitos, heterogeneidade e transformações, mas revelam mitos, tabus e desejos de parte significativa dos brasileiros (GOLDSTEIN, 2009, p.70).

Ao mesmo tempo em que *Tenda dos milagres* é uma narrativa em que se evidencia nítida visão positiva acerca da mestiçagem como traço inegável de nossa cultura, isso não significa dizer que, neste gesto, Amado tenha tentado resolver o problema do racismo apagando a violência e perseguição sofrida pelos negros, como alguns militantes do movimento negro, por exemplo, tem-no apontado. Mesmo em meio à festa, Jorge vocaliza os excêntricos da Bahia e, na figura de Archanjo, tenta representar o esforço e a resistência do mestiço em demarcar a existência da contribuição africana na formação de nossa identidade. Afinal, só há existência quando há resistência.

Citarei apenas um episódio do romance que mostra a manifestação cultural de forte influência africana, o afoxé, logo nos primeiros anos do século XX (1904), portanto, no recente pós-abolição, no carnaval da cidade de Salvador-BA. Pedro Archanjo participa do evento que não só é festa, mas também, ato político: os negros e mestiços da velha cidade da Bahia podem “se divertir”? O tema do bloco de afoxé é a luta de resistência africana ante a escravidão, a divisão em alas e representações alegóricas, típicas da manifestação cultural, trazem Zumbi dos Palmares como emblema mais significativo da luta.

O povo veio correndo para ver e batia palmas, gritava, a pular e a dançar, em louco entusiasmo [...] O povo aplaudia o insubmisso, valente desafio: onde já se viu, senhor doutor Francisco Antônio de Castro Loureiro, interino da polícia [...] onde já se viu carnaval sem afoxé, brinquedo do povo pobre, do mais pobre, seu teatro e seu balé, sua representação? Parece-vos pouco a miséria, a falta de comida e de trabalho, as doenças, a bexiga, a febre maldita, a maleita, a disenteria a matar meninos, ainda queis, senhor doutor

Francisco Antônio Mata Negros, empobrecê-lo mais e reduzi-lo. Fit-ó-fó para o chefe da polícia, na vaia, no assovio, na risada, fit-ó-fó. Palmas e vivas oara os intimatoros do afoxé, viva, viva, vivôô! Veio o carnaval inteiro aplaudir o Afoxé dos Filhos da Bahia, aplaudir a República libertária dos Palmares. [...] Veio o carnaval inteiro e com ele a cavalaria e a polícia. O povo reagiu na defesa do afoxé, morra Chico Cagão, morra a intolerância. A batalha se estendeu, os cavalarianos desembainharam as espadas, foram batendo, pisando, derrubando nas patas dos cavalos – o afoxé dissolveu-se na multidão. Gritos e ais, morras e vivas, gente machucada, correrias, quedas, trompaços, alguns guerreiros presos pelos esbirros, soltos pelo povo contumaz na briga e na folia.

- Prendam aquele pardo, ele é o cabeça de tudo. Mas o pardo cabeça de tudo, Pedro Archanjo, sumira num beco, ladeira abaixo, com mais dois [...] Corriam o três em disparada, desabalados campeões. Mas, de repente, Pedro Archanjo, simples guerreiro de Palmares e chefe da baderna, susteve a maratona e começou a rir, a rir às bandeiras despregadas, um riso alto, claro e bom de quem romperá a ordem injusta e proclamara a festa; abaixo o despotismo, viva o povo, límpido e infinito riso de alegria (AMADO, 1979, p.78-80).

Destaco como aspecto fundamental do trecho supracitado a maneira como Amado nos apresenta a articulação dos negros da Bahia do início do século XX para, em meio à festa do carnaval, inscreverem sua história, seu valor cultural, seu papel de luta e resistência. Por outro lado, a represália da polícia, que figura a sociedade conservadora e que detém o poder de apagar, pelo esquecimento, as narrativas de vida de outros grupos não hegemônicos.

O que Jorge quer mostrar é que, mesmo em dia de carnaval, de festa, a politização que adquire o ato de ir para a rua representar as lutas de resistência, acaba por configurar em uma espécie de contra-narrativa da nação brasileira, a respeito da representação étnica do negro na nossa literatura. Sempre escravo, tolhido de possibilidades de ascensão e com a marca profunda da escravidão lhes pesando os ombros.

Neste sentido, verifica-se a comunicabilidade entre Penna e Amado, no que tange à (re) escrita da nação brasileira. Pela personagem Judite, de *Confissões descontínuas de uma mente confusa*, vê-se uma possibilidade de existência distinta do que comumente se verificou na história da literatura brasileira. Apesar de não ser a protagonista da obra, o narrador, seu filho, sempre faz questão de se referir a ela como uma figura redimensionadora da visão cristalizada acerca da mulher negra no contexto brasileiro do século XIX.



Na obra amadiana, os negros considerados mão de obra fundamental da sociedade e, por conseguinte, ligados direta e restritivamente ao universo do trabalho, são representados como elaboradores estéticos de uma manifestação artística, o afoxé, onde expressam elementos da matriz cultural africana de onde provêm sua capacidade de refletir e tentar subverter a situação de injustiça, exclusão e desumanidade a que foram submetidos no Brasil.

Sendo assim, podemos notar indícios de uma literatura que executa um papel de contra narrativa da nação, no sentido dessa representação da etnicidade do negro. O que nos leva a pensar como a literatura funciona como espaço discursivo de constante significação, mas, acima de tudo, de ressignificação em seu processo representativo da sociedade.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 1979.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. 3. ed. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. A construção da identidade nacional nos romances de Jorge Amado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOLDSTEIN, Ilana Seltzer [org.]. *O Universo de Jorge Amado*. Orientações para o trabalho em sala de aula. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 1. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- KHALED JUNIOR, Salah H. *Horizontes identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX*. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- PENNA, Fábio Rodrigo. *Confissões descontínuas de uma mente confusa*. 1. ed. São Paulo: Scortecci, 2013.
- RENAN, E. *O que é uma Nação?* (1882). Trad. Glaydson José da Silva. *Revista Aulas*. São Paulo. v. 1., n. 1, 1º sem. 2011. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>. Acesso em: 03 de set. 2016.